

## Campanha Europeia - Suspensão das Sanções

Os abaixo assinados consideramos que as medidas coercivas unilaterais aplicadas e intensificadas pelo Presidente Trump contra o Governo da República Bolivariana da Venezuela são ilegais e injustificadas. Além disso, nas actuais circunstâncias que a humanidade enfrenta com a pandemia de Covid-19, estas tornam-se medidas desumanas que minam o esforço internacional para ultrapassar a difícil situação atual.

Esta decisão pode custar a vida a muitos venezuelanos e negará ainda mais à Venezuela o acesso a alimentos, medicamentos e material de saúde vital.



*NB: O quadro regista 80.000 venezuelanos mortos entre 2017-19; 90.000 doentes com VIH e outros doentes vulneráveis encontram-se em extrema vulnerabilidade devido à incapacidade do Estado para adquirir medicamentos especiais e tratamento para eles; 15.000 doentes em diálise não puderam obter tratamento porque os medicamentos adquiridos pela Venezuela foram bloqueados apesar de terem sido pagos; 4 milhões de doentes diabéticos e hipertensos não puderam ter acesso a medicamentos de alto custo porque são fornecidos pelo Estado no mercado mundial.*

Constatamos que um vasto leque de vozes a nível internacional - incluindo Sua Santidade o Papa Francisco, bem como o Secretário-Geral da ONU, o Movimento dos Não-Alinhados (Mnoal), (ALBA-TCP) - UNASUR, António Guterres, a UE (Josep Borrell, Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE apelou publicamente a isso três vezes), senadores americanos, numerosos governos da América Latina e do Caribe, CARICOM, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Confederação Sindical das Américas (TUCA) e a Confederação Sindical Internacional (CSI), a Federação Sindical Mundial (FSM) e muitas federações sindicais nacionais (incluindo a UGT, a maior confederação sindical nacional de Espanha, e a CC. OO), a CGTP-In de Portugal; assim como os partidos a favor e contra o próprio governo da Venezuela, e muitos outros - apelaram aos Estados Unidos para que abandonassem esta abordagem de sanções cada vez mais punitivas contra a Venezuela.

Numa carta dirigida a Mike Pompeo e ao Departamento do Tesouro dos EUA, 11 senadores norte-americanos observaram que, embora países sujeitos a sanções, como a Venezuela, estejam "a lutar para responder às suas crises sanitárias internas, as sanções dos EUA impedem a livre circulação dos fornecimentos médicos e humanitários desesperadamente

necessários devido ao amplo efeito devastador das sanções sobre essas transações, mesmo quando existem isenções técnicas".

Como é sabido, as sanções econômicas dos Estados Unidos - ilegais segundo as normas do direito internacional - são, de fato, medidas coercivas unilaterais impostas pelo Governo dos Estados Unidos à República Bolivariana da Venezuela que não só violam a Carta das Nações Unidas e o quadro jurídico internacional, como também geram um impacto negativo no uso dos direitos humanos, tanto civis como econômicos, sociais e culturais, que se acentua no contexto da expansão global do Covid-19.

Este foi um dos pontos centrais focados por Alfred de Zayas, perito independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa das Nações Unidas, durante a videoconferência "Medidas coercivas unilaterais, armas de destruição em massa".

Estas medidas devastaram a economia da Venezuela, criando escassez de alimentos e medicamentos, empobrecendo a nação e expulsando muitos venezuelanos do país. O povo venezuelano não precisa de sanções, mas sim de um diálogo construtivo e de ajuda.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol Arancha Gonzalez Laya, cujo governo apoia firmemente a possibilidade de os países sancionados adquirirem medicamentos, material sanitário e outros materiais para combater a pandemia, disse uma verdade pungente: "Enquanto não estivermos todos seguros, ninguém está seguro".

Chegou o momento da cooperação internacional e de uma ação humanitária na luta contra o vírus Covid-19 e os seus efeitos devastadores em todo o mundo. Como signatários desta declaração, associamo-nos ao número crescente de vozes internacionais que exigem que as sanções dos EUA sejam imediatamente suspensas.

Existe um precedente para a suspensão das sanções para a aquisição de insumos vitais para salvar a vida de milhares de seres humanos, como a criação do mecanismo comercial INSTEX que permitiu uma primeira transação de material médico com o Iran, um dos países mais afectados pelo Covid-19, em 31 de Março de 2020. Este precedente, nas condições actuais, é muito importante.

Identificar todas as instituições financeiras que retêm ilegalmente recursos pertencentes ao Estado e à população venezuelanos (consequência direta da extraterritorialidade das sanções dos EUA) e exigir que esses recursos sejam imediata e incondicionalmente devolvidos ao seu legítimo proprietário através do INSTEX e que as transações comerciais exigidas pela Venezuela em termos de alimentos, medicamentos e fornecimentos de material hospitalar sejam realizadas através do mesmo canal.

Apresenta-se a seguir uma lista dos recursos detidos ilegalmente e dos bancos que retêm

<b>Bancos europeos</b>	<b>País</b>	<b>USD</b>	<b>Euros</b>
Novo Banco	Portugal	1.547.322.175	1.381.290.997
Banco de Inglaterra (Oro)	Reino Unido	1.323.228.162	1.181.242.780
Clearstream (Títulos deuda)	Reino Unido	517.088.580	461.603.802
Euroclear (Títulos)	Bélgica	140.519.752	125.441.664
Banque Eni	Bélgica	53.084.499	47.388.410

Delubac	Bélgica	38.698.931	34.546.447
Bancos no europeos			
Sumitomo	Estados Unidos	507.506.853	453.050.216
Citibank	Estados Unidos	458.415.178	409.226.189
Unionbank	Estados Unidos	230.024.462	205.342.315
Otros bancos e instituciones	17 países	654.142.049	583.951.123

Se deseja expressar o seu apoio, por favor envie um e-mail a [nosanciones@gmail.com](mailto:nosanciones@gmail.com)